

Um programa de direitos humanos

por Renata Veríssimo
de Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso enviou ao Congresso Nacional, ontem, uma emenda constitucional instituindo o serviço civil obrigatório e outra transferindo à Justiça Federal o julgamento de crimes praticados contra os direitos humanos. O presidente também entregou a primeira indenização aos parentes de desaparecido político no regime militar e assinou projeto de lei concedendo pensão especial às famílias das vítimas da hemodiálise em Caruaru (PE).

O pacote de medidas foi assinado durante a solenidade de lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), um documento elaborado pelo Ministério da Justiça, com 130 páginas e 168 propostas, para garantir principalmente os direitos das minorias. Uma das emendas, transferindo os crimes para a Justiça Federal, prevê que o procurador-geral da República ou o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana indicará os crimes considerados contra os direitos humanos.

"Com esse ato aprovado pelo Congresso, o governo federal não terá mais desculpas para não atuar porque não tem instrumento legal e a sociedade, respaldando essa ação,

encontrará um mecanismo legal para que a punibilidade possa ocorrer de maneira mais responsável e rápida", disse Fernando Henrique durante o discurso.

O presidente afirmou sentir-se paralisado pela impossibilidade de conter a violência. Citando os mais recentes casos, de repercussão nacional e internacional, como Eldorado de Carajás, Corumbiara e Carandiru, Fernando Henrique disse que "o que mais dói, o que clama hoje, não

é o fato só de existir isso. É a impunidade". Ele alertou para o fato de o programa ser um processo que "progressivamente transformará em prática aquilo que, num primeiro instante, é apenas letra da lei".

O Congresso Nacional também recebeu ontem uma emenda constitucional, incluída nas metas do PNDH, instituindo o serviço civil obrigatório. Pela proposta, os isentos, excedentes ou dispensados do serviço militar são obrigados, como agentes da cidadania, a atuar na proteção dos direitos humanos em todos os estados brasileiros.

Fernando Henrique enviou ainda mensagens pedindo urgência ao projeto de lei, em tramitação no Senado, instituindo o Código de Trânsito Brasileiro, e aos projetos, em tramitação na Câmara dos Deputados, que definem os crimes de tortura e que concedem, a título de indenização, pensão especial aos dependentes de José Ivanildo Sampaio de Souza, morto nas dependências da Polícia Federal, em Fortaleza (CE), no ano passado.

O governo encaminhou também ao Congresso, em regime de urgência, projeto de lei concedendo pensão especial mensal, retroativa à data do óbito, no valor de um salário mínimo, às famílias das vítimas de hepatite tóxica, por contaminação em processo de hemodiálise, no Instituto de Doenças Renais, em Caruaru (PE). Hoje o presidente enviará um projeto de lei ajustando a legislação interna para dar proteção e assistência aos refugiados políticos. O Brasil abriga atualmente cerca de 2 mil estrangeiros refugiados.

O presidente Fernando Henrique também entregou a primeira inde-

nização a uma família de desaparecido político no regime militar. Ermelinda Bronca, de 90 anos, recebeu uma ordem de pagamento, no valor de R\$ 100 mil, pelo desaparecimento do filho, José Humberto Bronca, morto em 1974 por militares na Guerrilha do Araguaia.

O PNDH recebeu, ontem, a primeira crítica: O antropólogo Luiz Mott, líder do grupo gay da Bahia, distribuiu nota de protesto, durante a solenidade de lançamento, pela exclusão dos homossexuais do documento. "Somos mais de 15 milhões de gays e lésbicas que ainda não tivemos nossa abolição, e numa oportunidade tão importante como esta, o próprio governo dá o mau exemplo, discriminando exatamente o segmento mais oprimido de nossa sociedade", dizia a nota.

O programa não traz um capítulo específico para homossexuais como para outras minorias. Segundo o chefe de Gabinete do Ministério da Justiça, José Gregório, o tema é tratado diluidamente em outros capítulos, como o que pretende garantir igualdade de direitos a todos. E para o ministro da Justiça, Nelson Jobim, a questão dos direitos humanos não é uma responsabilidade do governo nem partidária, mas sim da sociedade como um todo.



Fernando Henrique Cardoso